

ABUSO DE PODER. Governador liga para Carlos Martins e lamenta pela ação desastrosa da Polícia Civil

Vilela se desculpa com sociólogo

Vítima encaminhará uma representação criminal ao Ministério Público contra o Estado

BLEINE OLIVEIRA
WAGNER MELO
REPÓRTER E CHEFE
DE REPORTAGEM

Ontem à tarde, o governador Teotonio Vilela Filho telefonou para o sociólogo Carlos Martins e, em nome do Estado, pediu desculpas pela ação desastrosa da Polícia Civil, na última sexta-feira, quando policiais fortemente armados chegaram à casa do professor e, sem apresentar mandado de prisão ou busca e apreensão lhe algemaram, revistaram o imóvel e o levaram à delegacia, confundido com um assaltante de banco que estava sendo procurado.

À *Gazeta*, o professor revelou o teor da conversa. "Ele [o governador] pediu desculpas pelo constrangimento que eu passei e disse que erros aconteceram".

O telefonema, no entanto, não foi suficiente para minimizar o sentimento de revolta do sociólogo. "O pedido de desculpas tem que ser feito pu-

blicamente, e eu cobre isso do governador. Ele disse que deu entrevista a um veículo da imprensa e que hoje ela estaria publicada, o que estranhei. Mas antes disso eu fiz questão de dizer ao governador que é necessário, de forma urgente, qualificar a polícia, rever o modelo de segurança pública do Estado", afirmou.

Carlos Martins disse ainda que o caso será discutido pelo Conselho Estadual de Segurança (Conseg). Hoje pela manhã, ele encontra o desembargador James Magalhães, no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), para discutir os encaminhamentos

Apuração

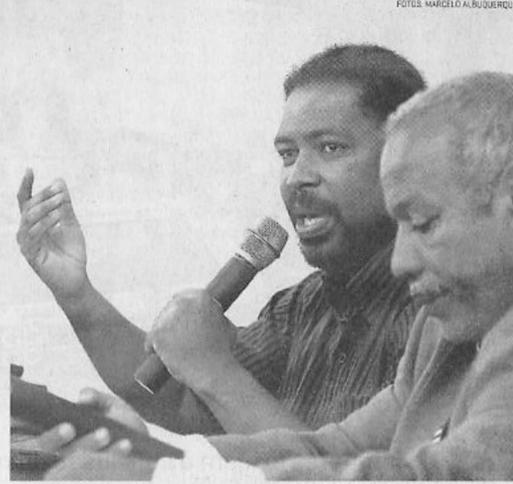
Ontem, o delegado-geral da Polícia Civil, Paulo Cerqueira, determinou a instalação de procedimento administrativo para investigar a operação policial

da ação que vai mover contra o Estado, independentemente do pedido de desculpas oficial.

Uma representação criminal encaminhada ao Ministério Público Estadual (MPE) é o instrumento com o qual o sociólogo Carlos Martins pretende obrigar o governo de Alagoas a repensar sua política de segurança, mais especialmente no que se refere à atuação das polícias. Ontem, Martins concedeu entrevista coletiva, na sede da OAB. Segundo ele, apesar do pedido de desculpas feito pelo governador Teotonio Vilela, não mudará a decisão tomada em relação aos procedimentos legais que o caso exige.

"Acabei sendo vítima do meu tema de pesquisa", disse ele, revelando que, como concluinte do curso de mestrado da Universidade Federal de Alagoas, pesquisa "o sentido que o agente de segurança pública dá à sua própria ação".

O sociólogo disse que, na próxima segunda-feira, às 15 horas, estará com a promotora de Justiça Marluce Falcão, do Núcleo de Direitos Humanos do MPE, para definir os ter-



FOTOS: MARCELO ALBUQUERQUE

Carlos Martins disse ser inaceitável que um cidadão sem antecedente criminal e sem culpa "seja desmoralizado em sua família e em sua comunidade"

mos da representação criminal contra o Estado. "Nem considero importante que esses policiais sejam identificados e punidos. Meu objetivo é levar o Estado a repensar essa realidade a que a população está submetida, onde agentes de segurança dizem que é um procedimento normal algemar e prender pessoas sem com- provada culpabilidade", disse Carlos Martins, também professor da rede

estadual.

Agradecendo as inúmeras manifestações de solidariedade e apoio que recebeu desde o ocorrido, ele deixou claro que a violência psicológica e moral que sofreu não pode ser discutida isoladamente. "O meu caso é um entre tantos exemplos de uma prática ilegal que já vitimou outras pessoas e a que toda sociedade está sujeita", argumentou o sociólogo. Os acusados da

truculência são policiais da Divisão Especial de Investigação e Capturas.

Além da representação criminal, o presidente da Comissão das Minorias da OAB, Alberto Jorge, disse que Martins entrará com ação de indenização contra o Estado. Ontem, o delegado-geral da Polícia Civil, Paulo Cerqueira, determinou a instalação de procedimento administrativo para investigar a operação policial. ◻